

## **RELATÓRIO ANUAL**

Em 31 de Dezembro de 2016

### **1. INTRODUÇÃO**

Ao terminar mais um exercício, vimos informar os nossos Fundadores sobre as atividades mais relevantes ocorridas em 2016, das quais foi sendo dado conhecimento através dos Relatórios Trimestrais, oportunamente enviados.

Enquadrada pelos objetivos definidos pelos Estatutos a Fundação vem desenvolvendo um conjunto de ações de carácter cultural e educacional localizadas em Portugal e em África, designadamente, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que visam valorizar e dar continuidade aos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os Países Africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro.

No desenvolvimento dos projetos próprios ou apoiando iniciativas alheias a Fundação, com vista a assegurar a continuidade da sua ação, para além de se preocupar com o valor intrínseco dos projetos que promove e a repercussão positiva que os mesmos exercem no quadro dos objetivos que prossegue, tem-se preocupado particularmente com a sua sustentabilidade financeira. Nesse contexto a Fundação prossegue uma exigente política de contenção de custos com recurso às seguintes soluções:

- Reduzir ao mínimo as encargos de estrutura;
- Recurso sistemático ao “outsourcing” para o desenvolvimento de projetos próprios;
- Manutenção de liberdade de decisão relativamente a projetos com terceiros;

- Colaboração ativa com outras Instituições na promoção de projetos relevantes de modo a que sejam reduzidos ao mínimo os fundos mobilizados e sejam, por virtude da colaboração articulada dos agentes envolvidos, maximizados os resultados obtidos;
- Mobilização de meios financeiros e de outra natureza que se encontrem disponíveis para apoiar os projetos que prossegue.

Mantendo a estratégia que vem sendo seguida, foi dada prioridade à execução dos projetos da Fundação. Simultaneamente, e sempre que possível, foi sendo estudado o lançamento de outras iniciativas, bem como apoiar algumas atividades de terceiros que lhe foram propostas, desde que estatutariamente enquadráveis. De referir que as limitações financeiras motivadas pela manutenção da instabilidade dos mercados de capitais continuam a ser a principal dificuldade que a Fundação vem enfrentando para lançar alguns projetos, de médio prazo, sempre com a preocupação de que possam ser financeiramente sustentáveis.

Relativamente aos projetos próprios avançamos, de seguida, algumas notas sintéticas.

Quanto ao projeto das Escolas Profissionais em Moçambique e correspondendo à vontade expressa pelos mais altos responsáveis moçambicanos tem sido dado continuidade ao apoio que vem sendo prestado, que visa a consolidação e expansão do novo modelo curricular e pedagógico aprovado pelo Ministério da Educação de Moçambique / DINET.

Relativamente ao projeto Memória de África, continuaram as recolhas de registos bibliográficos e de acervos documentais junto de Instituições de alguma forma relacionadas com África, procurando-se incrementar a recolha em diversos países, designadamente, em centros de documentação públicos e privados.

No que toca à publicação do Boletim Observatório de África, prossegue a sua edição de forma regular em paralelo com a divulgação, em formato digital, no Portal da Fundação Portugal – África.

No que diz respeito ao Edifício Sede e, em particular, à Biblioteca, continuaram os trabalhos de receção e organização do acervo bibliográfico oferecido pelo Banco BPI, S.A., Fundador Principal, em paralelo com a recolha e tratamento de outros espólios que têm sido oferecidos à Fundação.

Prosseguem, entretanto, os esforços necessários à renovação do espólio de obras sobre temas relacionados com a teoria e a política das questões ligadas ao desenvolvimento económico.

No que se refere à utilização do Auditório, e no âmbito do Protocolo celebrado com a Conexão Lusófona, associação de jovens que tem por objetivo o desenvolvimento de projetos integrados que envolvam a juventude e estimulem a interculturalidade num contexto lusófono global, tem-se procurado a dinamização deste espaço da Sede da Fundação Portugal – África, através da realização de atividades que se enquadrem no âmbito programático definido.

Cumprindo o estipulado na Lei - Quadro das Fundações, que estabelece as novas regras de funcionamento destas instituições em Portugal, procedeu-se aos ajustamentos que se mostraram necessários e aos sugeridos pela Presidência do Conselho de Ministros, relativamente à adequação dos Estatutos ao novo ordenamento jurídico resultante da publicação daquela legislação tendo, por Despacho de 23 de Dezembro de 2016 da Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, sido aprovada a alteração dos Estatutos da Fundação Portugal – África.

Como já se referiu, a manutenção da instabilidade dos mercados financeiros a nível nacional e internacional, tem condicionado de forma significativa os resultados da carteira de títulos, com os inevitáveis reflexos negativos no nível de atividade que pode ser desenvolvida, uma vez que a sustentabilidade financeira da Fundação tem sido um dos pilares essenciais em que tem assentado a gestão corrente da Fundação Portugal - África.

## **2. Assembleia de Fundadores**

Em Novembro de 2016 realizou-se a Assembleia Geral Ordinária de Fundadores onde foram aprovados os Relatório e Contas referente aos exercícios de 2014 e 2015, bem como das alterações finais aos Estatutos da Fundação, realizadas para cumprimento da Lei Quadro das Fundações.

Quanto ao ponto relativo à eleição dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2015 / 2018, foi suspensa a sua discussão e aprovação, esperando-se que possa decorrer no início do exercício de 2017.

## **3. Sede**

Em relação ao Centro de Documentação e Informação, prosseguiram os trabalhos de recolha do acervo bibliográfico oferecido pelo Fundador Principal o Banco BPI, S.A., bem como da sua integração no Portal da Fundação Portugal – África, mantendo-se, em paralelo, a recolha e tratamento de outros espólios oferecidos à Fundação Portugal – África.

Relativamente ao Auditório, considerando os diversos movimentos da sociedade civil que têm reclamado uma reforma da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e um maior envolvimento social no seu espaço, a Fundação Portugal – África e a Conexão Lusófona promoveram no dia 12 de Março, um debate intitulado “O Futuro da CPLP”.

Este encontro, que contou ainda com a parceria da ONGD Mundo a Sorrir e do MBA Atlântico, teve a presença do Secretário Executivo da CPLP, Isaac Murade Murargy, do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, do Presidente da Confederação Empresarial da CPLP, Salimo Abdula, e do Secretário-Geral da UCCLA, Vítor Ramalho.

A iniciativa enquadrou-se no âmbito do 20.º aniversário da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na XI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que viria a decorrer em Julho de 2016 e onde se pretende afirmar uma nova fase na vida desta organização internacional.

Ainda em relação ao Auditório, continuou a sua utilização pelo nosso Fundador Principal, o Banco BPI, S.A., para realização de ações de formação dos seus Quadros, tendo ainda decorrido um Seminário organizado pelo Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra, destinado aos seus alunos, subordinado ao tema “Igualdade de Oportunidades”. Neste evento estiveram presentes os Senhores Prof. Doutor Emídio Gomes, então Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, Prof. Doutor Joaquim Azevedo e Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra, Vice - Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal – África.

De salientar, ainda, a realização da apresentação do livro “Guiné – Crónicas de Guerra e Amor” de autoria do Dr. Paulo Cordeiro Salgado. Esta iniciativa teve o apoio do Consulado Geral da Guiné Bissau no Porto.

#### **4. Actividade desenvolvida**

##### 4.1. - Considerações gerais

Em 2016, a atividade da Fundação Portugal – África centrou-se na realização dos projetos de iniciativa própria, procurando-se, dentro das limitações financeiras existentes, apoiar alguns projetos de terceiros, desde que estatutariamente enquadráveis e de interesse reconhecido para a cooperação com África.

##### 4.2 - Projetos em curso da iniciativa da Fundação

###### a) Projeto “Memórias de África e do Oriente”

Ao longo do ano de 2016 prosseguiu o desenvolvimento deste projeto, tendo-se atingido os quatrocentos e quarenta e sete mil e setenta e dois registos bibliográficos e as trezentas e oitenta e oito mil e duzentas e trinta e sete páginas digitalizadas, sendo as últimas os Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical tal como em 2015. Estes números referem – se a três tranches de um total de quatro, pois não foi possível recuperar o atraso com que

se começou o ano de 2016, pelo que ainda decorre a execução da quarta tranche do projeto.

O projeto continua a afirmar-se como um instrumento de trabalho para cientistas que trabalham a lusofonia em todo o mundo como o demonstra os convites para integrar o Projeto Pensando Goa (<http://goa.fflch.usp.br/>) onde será uma das principais fontes de suporte ao material digitalizado, e para participação no Congresso da literatura colonial a 25 de Maio que reunirá bibliotecários/arquivistas/investigadores e ainda na criação de uma exposição virtual sobre literatura colonial em conjunto com a Biblioteca Nacional e a Fundação Mário Soares.

Introduziram-se duas coleções particulares – Arq. Fernando Batalha e Teotónio Souza – de Portugal e da Índia/Goa e foi criado o acervo do Frederick Noronha, Goa que é neste momento um dos principais editores de livros em Goa.

<http://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=ct%20frederick%20fn%20noronha>

A digitalização do acervo fotográfico do IHMT continuou com fotografias raras e nunca divulgadas das missões portuguesas relacionadas com a saúde em vários países então colónias. A catalogação das fotos passou a fazer-se na presença de um funcionário do Museu do IHMT, para procurar ter uma descrição mais pormenorizada do conteúdo das mesmas.

Os registos já recolhidos e introduzidos no site<sup>1</sup>, têm uma estrutura como se apresenta no quadro seguinte, se for feita uma pesquisa pela designação do país, sendo que este ano Angola ultrapassou Portugal como o país com mais registos:

---

<sup>1</sup> Há permanentemente um número de registos recolhidos mas ainda em processo de validação (em meados de Janeiro de 2017 cerca de 2000) e outros registos, fotografias e digitalizações, em processo de introdução no site (em meados de Janeiro 700 páginas digitalizadas).

<b>Designação de pesquisa</b>	2014		2015		2016	
	Registos	%	Registos	%	Registos	%
Angola	67967	16,0	69122	16,4	76801	17,2
Cabo Verde	31485	7,0	31680	7,5	32446	7,3
Guiné Bissau	16402	4,1	18465	4,4	18944	4,2
India / Goa	34232	8,0	35078	8,3	36079	8,1
Macau	13462	3,0	15115	3,6	21606	4,8
Moçambique	69535	17,0	73554	17,5	74686	16,7
Portugal	64948	16,0	69926	16,6	74197	16,6
São Tomé e Príncipe	14829	3,0	14954	3,6	15137	3,4
Timor	1752	0,4	1760	0,4	1808	0,4
Brasil	10119	2,0	11993	2,9	15947	3,6
sub total	324731	80,8	341647	81,2	367651	82,2
Outras designações	76955	19,2	78871	18,8	79421	17,8
Total	401686	100	420518	100	447072	100,0

Fonte: site Memória de África e do Oriente

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2016, os dez primeiros países e territórios de origem são os do quadro seguinte sendo de salientar que a Índia<sup>2</sup> que era o 11º no ano de 2014 passou para décimo. O Quênia mantém o lugar que tinha em 2015 mas a Indonésia que estava também nos dez primeiros fica em 34º e perde para o Reino Unido que sobe de 13º para nono. Angola, Brasil, Moçambique e Portugal mantêm-se como o “núcleo duro” dos acessos. E, note-se sem que tenha sido possível até hoje recolher registos diretamente da Biblioteca de Luanda. Tal como em 2015, os visitantes continuam a ter uma enorme atração por obras digitalizadas e por fotografias a que têm um acesso muito mais fácil pelo Projeto do que pelas Bibliotecas e Arquivos existentes.

<sup>2</sup> O Google Analytics não permite a desagregação dentro de cada país, pelo que não sabemos se estes acessos se devem a Goa ou a outras zonas da Índia.

Número	País/Território	Visitas 2015	%	Sessões (*) 2016	%
1	Portugal	121.273	41.9	89.360	39.8
2	Brasil	43.413	15.0	39.503	17.6
3	Moçambique	21.539	7.4	22.501	10.0
4	Angola	32.217	11.1	20.300	9.1
5	Quénia	8.759	3.0	6.596	2.9
6	Cabo Verde	6.420	2.2	4.952	2.2
7	Estados Unidos	5.233	1.8	4.597	2.1
8	França	4.285	1.5	3.106	1.4
9	Reino Unido	3.222	1.1	2.917	1.3
10	India	4.402	1.5	2.624	1.2

(\*) O Google Analytics alterou as possibilidades de apresentação de dados desaparecendo “visitas”. Utilizamos “sessões” para 2016 mas não sabemos se corresponde exatamente ao mesmo que “visitas”.

Fonte: Google Analytics

Em todo o mundo, dos 191 países reconhecidos pela ONU, apenas a Líbia, o Saará Ocidental e a República Centro Africana em África, o Turcomenistão e o Uzbequistão na Ásia, e a Groenlândia não têm quaisquer acessos em 2016 segundo o Google Analytics.

As Instituições mais significativas neste ano foram a Biblioteca Central da Universidade de Coimbra e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical, com recolha de registos e digitalização de fotografias. Solicitou-se em Julho autorização para voltar a recolher registos na Sociedade de Geografia uma vez que apenas foram recolhidos os respeitantes a África, faltando o Oriente. A autorização foi concedida em Novembro pela chefia dessa instituição e recomeçaremos este ano de 2017. Uma missão da Universidade de Aveiro em Goa já em Janeiro de 2016 que incluiu o Professor Sousa Pinto responsável informático pelo projeto, pôde confirmar o bom nome que o projeto e a Fundação mantêm nesse Estado da India por termos hoje acessível no site bibliotecas



privadas de goeses (a maior parte de famílias com história que remonta à presença portuguesa) além da pública Central Library.

#### b) Escolas Profissionais de Moçambique

A situação vivida em Moçambique na sequência da mudança de tutela do Ensino Técnico Profissional do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) para o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) introduziu alguma perturbação no normal funcionamento da Direção Nacional do Ensino Técnico Profissional (DINET). Acresce que, a nível da própria DINET, houve mudança de chefias, o que acaba por se refletir no trabalho que se tem vindo a ser desenvolvido em Moçambique.

Falta, entretanto, aprofundar a visão estratégica, eliminar indefinições, e ultrapassar a desmotivação que se tem detetado em algumas áreas.

Por outro lado, continuam a verificar-se por parte do MCTESTP incumprimentos no que diz respeito a despesas que, por força do protocolo assinado, seriam da responsabilidade da contraparte moçambicana e que acabam por ter que assumidas pela Fundação Portugal - África/Cooperação Portuguesa.

Neste cenário e neste contexto, foi difícil pôr em prática o plano de atividades que se tinha desenhado para o ano de 2016 pelo que houve necessidade de reformular, reajustar ou mesmo anular algumas delas.

Globalmente o programa de 2016 estava desenhado para: (i) Proporcionar um apoio genérico às estruturas centrais do MCTESTP /DINET; (ii) Consolidar e expandir as Escolas Profissionais de Moçambique, (iii) Requalificar recursos humanos, docentes e de direção das escolas; (iv) Conceder mais bolsas de estudo em Portugal; (v) Apoiar a abertura de mais escolas profissionais; (vi) Apoiar as escolas através do Fundo de Apoio a Pequenos Projetos (FAPP); (vii) Continuar a implementação de bibliotecas escolares; (viii) Continuar o programa “Laços de Lusofonia” – Geminação de Escolas; (ix) Iniciar o Programa “Clínicas Pedagógicas (em colaboração com a FCG) ; (x) Constituir o 1º Eixo do Programa “Rede de Escolas Profissionais”; (xi) Imprimir os Manuais de Professores e de Zootecnia; (xii) Divulgar mais incisivamente o projeto.

O projeto continuou, no entanto, a afirmar-se, ainda que limitado pelas indefinições que o enquadram, mas as comunidades locais reconhecem a importância do trabalho desenvolvido com a criação de novas escolas e o apoio às já existentes.

Um dos pontos fortes do programa em 2016 foi a visita que Sua Excelência o Presidente da República de Portugal à Escola Profissional de S. Francisco de Assis que tem vindo a ser apoiada pela Fundação Portugal - África/Cooperação Portuguesa. Transcreve-se a mensagem que exarou no livro de Honra das Escolas Profissionais de Moçambique:

*“O Presidente da República de Portugal agradece, muito emocionado, este exemplo de luta, dedicação, competência, e aposta no futuro do povo moçambicano e garante que Portugal não faltará no apoio empenhado e fraterno no futuro.*

*06/05/2016 – Marcelo Rebelo de Sousa”*

Entretanto, no âmbito da formação de professores em Portugal, mais 15 alunos terminaram o seu curso técnico e de psicopedagogia (cujo padrão de funcionamento foi melhorado pela Universidade Católica do Porto). Regressaram a Moçambique e integraram-se, como professores habilitados, nas escolas técnicas moçambicanas. Todos os alunos bolseiros têm tido comportamentos e aproveitamentos irrepreensíveis nas escolas acolhedoras portuguesas que os recebem.

Um aspeto que pode vir a ser muito importante para o futuro do projeto foi a criação da figura do “Promotor Externo Pontual”. Deste modo, poderão ser mobilizados apoios extra, por parte de entidades individuais ou coletivas, que, voluntariamente, possam colmatar falhas de apoio financeiro por parte do MCTESTP.

Conseguiram-se, também alvarás para a abertura de mais escolas profissionais e obtiveram-se, em Moçambique, certificados de equivalência académica para os alunos bolseiros que estudaram em Portugal;

A nível de encontros institucionais houve oportunidade de conhecer e interagir com o novo DINET e também com o Diretor da DIPEC (Direção de Planeamento e Cooperação Internacional). A Fundação Portugal – África, através do seu consultor-residente, foi convidada a participar no II Conselho Coordenador do MCTESTP.

Foi sempre reconhecido o grande e importante apoio que a Fundação tem prestado ao programa de relançamento do ensino técnico moçambicano.

A aquisição de 5 bancadas móveis de ciências foi processada através do Fundo de Apoio a Pequenos Projetos e, em 2017, irá desenvolver-se a formação dos professores utilizadores das bancadas em colaboração com a Escola Portuguesa de Moçambique.

Outros aspetos dignos de registo foram a participação da Fundação Portugal – África no III COOPEDU – Cidadania Global – realizado no ISCTE, em Lisboa, e no 14º Encontro das Fundações da CPLP, em Maputo. Nestes eventos houve oportunidade de se apresentar o projeto que vem sendo desenvolvido em Moçambique, sendo muito aplaudido o nosso trabalho.

Retomou-se o diálogo com a Rede de Bibliotecas Escolares tendo a atual Coordenadora mostrado muito interesse em continuar o apoio à implementação de Bibliotecas Escolares nas Escolas Profissionais de Moçambique.

Também a Fundação Ilídio de Pinho estendeu a Moçambique – escolas profissionais – a possibilidade de participação no concurso “ Ciência na Escola “.

O apoio institucional de proximidade da Embaixada de Portugal e do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua é também, e mais uma vez, digno de registo, bem como a disponibilidade permanente das escolas profissionais portuguesas em continuarem a acolher alunos e professores moçambicanos.

Na sequência do convite feito pelo “Camões – Instituto de Cooperação e da Língua, IP” à Fundação Portugal - África no sentido de ser entidade gestora da vertente II do Cluster da Cooperação Portuguesa na Ilha de Moçambique (*Upgrade Educativo e Formativo da Escola Profissional da Ilha de Moçambique*) desenvolveram-se várias ações nesse sentido: (i) curso de formação de formadores na área de “Restauro do Património Edificado” (técnicas ancestrais de construção civil) e “Contabilidade”.

Na área do Restauro do Património Edificado recuperou-se, com técnicas de construção manuelina, uma sala da escola que vai ser a sala específica do curso de “Mesa e Bar” a apoiar em 2017.

No âmbito deste projeto fez-se, também, a geminação entre a Escola Profissional Amar Terra Verde – (Vila Verde Portugal) com a Escola Profissional da Ilha de Moçambique.

Finalmente sublinha-se a importância do apoio institucional e financeiro por parte do Camões-Instituto da Língua e da Cooperação que se tem mostrado decisivo para o sucesso do projeto.

#### c) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

Prosseguiram os trabalhos de execução deste Programa em cooperação com a Comissão Nacional da Luta Contra a SIDA, com os quais se pretende dar a conhecer às populações dos PALOP, as ações preventivas de Infeção de Transmissão Sexual através de Vírus da Sida da Imunodeficiência Humana afetando o Sistema de Imunodeficiência Adquirida.

De assinalar a participação neste projeto dos jovens lusófonos organizados à volta da Associação Bué Fixe.

d) Observatório geo - estratégico sobre África

Prosseguiu a publicação regular deste Boletim, que tem como principal objetivo fornecer informação sobre a atualidade africana a todos interessados, no domínio político, económico, social e cultural.

A regularidade da publicação, a escolha dos temas, a qualidade da respetiva abordagem têm contribuído para que o Boletim tenha uma significativa aceitação junto dos seus destinatários.

Em paralelo, a sua inserção no Portal da Fundação Portugal – África, no endereço: [www.fportugalafrica.pt](http://www.fportugalafrica.pt), tem permitido uma melhor divulgação da publicação. Estão disponíveis os boletins publicados desde 2008.

e) Diáspora Africana

Concluídos os trabalhos realizados do projeto “Diásporas portuguesas em Angola – um perfil 2002-2012-“, e publicado um livro com as conclusões do estudo, a Fundação tem apoiado algumas iniciativas isoladas cujos objetivos se inserem no seu conteúdo programático, como a atribuição seletiva de algumas Bolsas de Estudo, e o apoio a outras iniciativas em curso neste âmbito, normalmente em colaboração com outras entidades.

#### 4.3- Novas iniciativas em cooperação

Dando sequência à política que tem sido seguida pela Fundação de colaborar sistematicamente com outras entidades na prossecução dos objetivos estatutários, anotam-se alguns dos projetos em que se tem dado conteúdo prático a essa colaboração.

a) Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes – na qualidade de membro fundador da Plataforma, a Fundação Portugal – África continua a acompanhar e a participar na atividade que vem sendo desenvolvida.

b) Observadores Consultivos da CPLP – na qualidade de observador consultivo da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a Fundação Portugal – África continua a acompanhar a atividade daquele Órgão da CPLP

c) Centro Português de Fundações – como membro do Centro Português de Fundações, a Fundação Portugal – África tem estado representada nas iniciativas que vão sendo promovidas, nomeadamente na Assembleia Geral Ordinária convocada para a aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2015 e no 11.º Encontro de Fundações da CPLP, que decorreu em Maputo, Moçambique, em Novembro de 2016.

d) Projecto “Mecanismos de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais” – iniciativa coordenada pela Fundação Calouste Gulbenkian e em colaboração com as Fundações Portugal – África, EDP, Luso Americana para o Desenvolvimento – FLAD e com a cooperação do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, no âmbito da qual foi criado um Mecanismo de Apoio às ONGD para angariação dos financiamentos internacionais necessários à concretização dos seus projetos de cooperação.

#### 4.4- Outros projetos realizados

Sempre que estatutariamente enquadráveis, e condicionado pelas limitações financeiras existentes, foram apoiadas as iniciativas de terceiros, que se enumeram:

4.4.1) Guiné – Bissau – criação de processos de orientação profissional – em resultado da informação prestada pelo psicólogo Dr. Severino da Cruz Sampaio relativa ao trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2008, destinado à elaboração de uma bateria de testes, adaptada à realidade da Guiné - Bissau, destinadas à orientação profissional, concluiu-se que se tornava necessário prolongar durante o ano de 2016, a execução da iniciativa.

4.4.2) “As causas das sucessivas crises político – militares na Guiné – Bissau” – prolongamento do trabalho de investigação que vem sendo desenvolvido pelo Dr. Silvestre Alfredo Alves.

4.4.3) Conferências de Lisboa – no âmbito da deliberação tomada em reunião de 29 de Setembro de 2014, participação na realização do evento em 2016, que tem periodicidade bienal, e decorreu nos dias 5 e 6 de Maio, e que visa estimular de forma sistemática o debate em Portugal e no mundo de língua portuguesa das questões do desenvolvimento internacional tendo, com a sua realização e as reflexões nelas debatidas, o objetivo de influenciar e contribuir para a agenda dos decisores políticos e empresariais.

Para além da Fundação Portugal – África participam nestes Encontros a Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, Câmara Municipal de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Marquês de Valle Flor, ISCTE, SOFID - Sociedade Financeira para o Desenvolvimento e a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

4.4.4) Projeto “CEsA - África Monitor Intelligence” – digitalização e disponibilização on-line de todas as publicações existentes em arquivo daquela Revista.

Este projeto, que se candidata a apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, tem coordenação do Prof. Doutor Carlos Sangreman Proença e o envolvimento do CEsA – Centro de Estudos sobre África e América Latina e da Universidade de Aveiro.

O produto final desta iniciativa será, também, disponibilizado na nossa base de dados “Memória de África e do Oriente”.

4.4.5) Projeto “O Novo Eusébio” – promovido por Manuel Arouca, que se propõe realizar um documentário / filme que acompanhe a busca de “um novo Eusébio” pelos locais mais recônditos de Moçambique. Terminada a busca, a vinda para Portugal será uma realidade e a sua formação acompanhada, o que justificará, numa segunda fase, a rodagem de uma longa metragem.

4.4.6) Associação de Estudantes Angolanos em Portugal – apoio para cobertura de despesas com a execução do seu Plano de Atividades para 2016.

4.4.7) III Congresso Internacional “Pelos Mares da Língua Portuguesa” – organizado pela Universidade de Aveiro – Departamento de Línguas e Culturas, decorrerá em Maio, e teve como objetivo principal a aproximação científica dos vários países e comunidades de língua portuguesa, visando a sua promoção.

4.4.8) “São Tomé e Príncipe – Retalhos de uma História” – realização de uma versão / formato DVD do documentário realizado pelo jornalista da RTP Jerónimo Moniz e pelo realizador do Canal Parlamento Nilton Medeiros, ambos santomenses, a propósito da comemoração do 40.º aniversário da independência de São Tomé e Príncipe.

4.4.9) Conselho de Cidadãos e Cidadãos - entidade junto do Consulado do Brasil em Lisboa que organizou uma receção por ocasião da cerimónia de posse da Presidente de Honra, Embaixadora Maria Dulce Barros e do Conselho de Cidadãos e Cidadões.

4.4.9) Programa de Saúde Oral na Guiné Bissau – realização de um trabalho fotojornalístico naquele País, com o qual se pretendeu dar uma maior e eficaz divulgação do que tem sido feito no âmbito do projeto que vem sendo desenvolvido há dez anos.

4.4.10) Escola de Verão de Física – organizada pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto – Departamento de Física e Astronomia –, decorreu de 28 de Agosto a 2 de Setembro de 2016 e teve como objetivo proporcionar aos jovens estudantes do ensino secundário (10.º e 11.º anos), com elevado mérito académico, uma vivência muito próxima da investigação científica moderna. A exemplo do que vem acontecendo desde 2007, decidiram abrir a oportunidade de frequência a alunos dos PALOP.

4.4.11) Dia de África – comemoração do Dia de África, promovido por um grupo de jovens estudantes africanos – AEMOP - Núcleo de Lisboa.



4.4.12) Congresso COOPEDU – realização promovida pelo ISCTE – Centro de Estudos Internacionais, que pretendeu refletir sobre a educação – formação nos PALOP. Convidaram o Senhor Eng.º José Mingocho de Abreu para fazer uma apresentação do nosso Projeto das Escolas Profissionais de Moçambique.

4.4.13) GAS'África – Grupo de Acção Social em África e Portugal, da Universidade Católica Portuguesa – estudantes universitários portugueses que, em regime de voluntariado, exercem ação social junto de populações carenciadas de África e Portugal, e que em 2016 pretenderam continuar a sua intervenção em países africanos de língua oficial portuguesa, no âmbito das suas atividades.

4.4.14) Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses “Mundo a Sorrir” – no âmbito da atividade em regime de voluntariado, e no seguimento do trabalho já desenvolvido em anos anteriores, pretenderam em 2016, continuar a realização de um programa de prestação de cuidados profiláticos e assistenciais, através da promoção, educação e formação de saúde oral, na Guiné – Bissau.

O programa apresentado em 2015, tem uma duração de seis anos (2015 a 2020) e objetivos mais amplos, nomeadamente a criação de uma Clínica médico social com laboratório de prótese dentária em Bissau e de uma unidade móvel de saúde para prestação de serviços médicos, o que implica o recrutamento e formação de profissionais e voluntários.

4.4.15) Centro de Estudos de Bioética – realização dos IX Encontro Luso Brasileiro de Bioética e III Encontro Lusófono de Bioética.

## **5. Evolução económica e financeira**

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao exercício de 2016 e as notas correspondentes são apresentadas em seção separada.

Entre os valores inscritos nas Demonstrações Financeiras, merecem destaque os seguintes:

- O Ativo Total Líquido da Fundação, que no final do exercício de 2016 era de 11.012.010 Euros, registou uma redução face ao exercício anterior, atingindo no final de 2015 o valor de 11.732.328 Euros.
- O valor dos Fundos Patrimoniais, que no final do exercício de 2016 ascendiam a 10.976.959 Euros, registou uma redução face ao exercício anterior, atingindo no final de 2015 o valor de 11.690.332 Euros.
- O Resultado Líquido do exercício de 2016 situou-se em 679.750 Euros negativos, representando uma redução face ao Resultado Líquido registado no exercício anterior, motivado essencialmente pela redução no justo valor dos ativos da Fundação.

As demonstrações financeiras são o reflexo da política de rigor que continua a marcar a gestão da Fundação, com o reforço da autonomia da Fundação e potenciando a sua futura capacidade de intervenção.

Aplicação do resultado líquido do exercício:

Tal como referido na Nota 8 do Anexo às Demonstrações financeiras da Fundação e de acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados, e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos, sendo assim, o Resultado líquido negativo do exercício de 679,750 Euros será aplicado em Resultados Transitados.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:

Não existem factos relevantes ocorridos após o termos do exercício que mereçam destaque, ou que tenham impacto sobre as demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2016.

Objetivos e políticas da Fundação em matéria de gestão de riscos financeiros:

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Fundação, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Fundação decorrentes de tais riscos. A atitude da Fundação em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente.

#### Gestão do risco de crédito:

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de outros instrumentos financeiros), existem princípios que são aplicados pela Fundação nos seus investimentos. Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Fundação só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

#### Gestão de risco de Liquidez:

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Fundação tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. A Fundação por forma a cumprir com este objetivo garante sempre a existência de fundos imediatamente mobilizáveis muito relevantes, que por exemplo, a 31 de Dezembro de 2016, seriam de, aproximadamente 6.703 mil Euros (valor de caixa e depósitos bancários).

#### Gestão de risco de preço e de mercado:

A Fundação está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nos ativos que detém para negociação. Note-se que, de uma forma genérica, os ativos em causa vêm o seu valor oscilar em função do seu comportamento no mercado. Contudo, a Fundação tem procurado aplicar os seus Fundos em ativos de menor risco, nomeadamente em obrigações, por forma a assegurar a manutenção e disponibilidade de fundos, para prosseguir com a sua atividade operacional.

#### Gestão de risco de taxa de juro:

A exposição ao risco de taxa de juro decorre essencialmente dos investimentos em Depósitos a Prazo que são constituídos na sua maioria por programas indexados à Euribor.

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao exercício de 2016 e as notas correspondentes são apresentadas em seção separada.

## **6. Atividades futuras**

Em 2017 manter-se-á como prioridade na atividade a desenvolver, a realização dos projetos de iniciativa da Fundação Portugal – África.

Do que se pretende que seja a evolução desses projetos, apresentamos de seguida os aspetos essenciais.

### **a) Escolas Profissionais de Moçambique**

Em conformidade com a vontade expressa das autoridades moçambicanas, a Fundação Portugal – África continuará a intervir neste projeto, esperando-se poder continuar com a colaboração do Instituto da Cooperação e da Língua – Camões, dos Ministérios da Educação de Moçambique e Portugal, da Universidade Católica Portuguesa, da Fundação Portugal Telecom, da Fundação Calouste Gulbenkian e outras instituições já associadas, ao que possam vir a associar-se a esta iniciativa, permitindo a consolidação deste sistema de ensino em Moçambique, mas sem deixar de procurar as condições para que possa vir a funcionar de forma autónoma, gerido pelo Ministério da Educação de Moçambique.

### **b) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida**

Continuarão as ações em curso, desenvolvendo esforços para reforçar as suas condições de viabilidade, na perspetiva que, da execução do projeto, se possa recolher ensinamentos que possibilitem a sua consolidação junto dos países africanos de expressão portuguesa.

### **c) Memória de África**

Continuarão os trabalhos de recolha de novas referências bibliográficas em Portugal, bem como os relativos ao Módulo Oriente, com partícipula incidência nas entidades que se indicam:

- **Sociedade Nacional de Belas Artes** – continuação do trabalho já desenvolvido.
- **IICT** – Ainda não foram recolhidos registos nalgumas das bibliotecas como botânica e geologia, pelo que vai prosseguir a sua execução.
- **ISCTE** – continuação do trabalho em curso.
- **Fundação Oriente** – continuação do trabalho. Não se digitalizaram ainda fotografias pois apresentam dificuldades de identificação.
- **CGD** (fundo ex-Banco Nacional Ultramarino) – continuação do trabalho, que se admitia terminado, mas têm surgido novos acervos que a Caixa Geral de Depósitos tem à sua guarda.
- **Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra** – continuação do trabalho, tendo-se capacidade para fazer, em média, cerca de 800 registos por mês, já que continua a apresentar possibilidades de recolha de registos e de digitalização para vários anos dada a dimensão das bibliotecas e o bom funcionamento com o projeto.
- **Biblioteca Nacional** – continuação do trabalho em curso.
- **Instituto de Higiene e Medicina Tropical** – continuação do trabalho mantendo a presença de um funcionário para identificação de fotos.
- **Sociedade de Geografia** – recolha de registos sobre o Oriente e, se for obtida autorização, digitalização de documentos gráficos (mapas, cartas, roteiros)
- **CIDAC** – retomar o trabalho nesta instituição

#### **d) Edifício Sede da Fundação**

No âmbito do Protocolo celebrado com a Conexão Lusófona, continuarão a ser desenvolvidos projetos integrados que envolvam a juventude e estimulem a interculturalidade num contexto lusófono global, nomeadamente as sessões

relacionadas com os Encontros de Estudantes Africanos em Portugal e das comemorações do Dia de África, podendo ser desenvolvidas outras atividades no âmbito do projeto Diáspora Africana, promovendo encontros entre Quadros africanos de formação superior, para que possam discutir os seus problemas e transmitir os seus conhecimentos, proporcionando a este espaço uma utilização articulada com os grandes objetivos prosseguidos pela Fundação.

Quanto à disponibilização do acesso à Biblioteca / CDI, continuando a ser previsível contar com o financiamento por fundos públicos que permitam a contratação de Técnicos documentalistas, que façam o acolhimento dos utilizadores e procedam à recolha e tratamento de outros acervos documentais, continuar-se-á a tentar disponibilizar no Portal da Fundação Portugal – África a informação necessária sobre o espólio existente, e em simultâneo criar condições para que possa ser viabilizada a consulta das obras disponíveis.

#### **e) Observatório de África**

O objetivo prioritário deste projeto continuará a ser a manutenção da publicação regular do Boletim, quer em papel, quer de forma digitalizada, inserida no Portal da Fundação Portugal – África.

#### **f) Diáspora Africana**

No âmbito deste projeto, prosseguirá o trabalho de aprofundamento e conhecimento das demais iniciativas que neste domínio estão em curso, nomeadamente a experiência recolhida com a realização no nosso Auditório do “Encontro anual dos estudantes africanos em Portugal “ ampliando as sinergias que se venham a identificar.

Quanto a outras iniciativas, a Fundação Portugal – África manterá a sua presença como Membro Observador da CPLP, intervirá na atividade da Plataforma de Acolhimento e Integração de Imigrantes, criada no âmbito da Fundação Calouste Gulbenkian e participará nos trabalhos do projeto “Mecanismos de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais”.

Finalmente manifesta-se o especial agradecimento aos nossos Fundadores e ao Conselho Fiscal pela disponibilidade e colaboração manifestados no acompanhamento da atividade desenvolvida, assim como ao Instituto da Cooperação e da Língua – Camões / IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e a outras entidades públicas e privadas que sempre incentivaram a Fundação Portugal – África no cumprimento dos objectivos que se propôs atingir.

**PORTO, 14 de Agosto de 2017**

**O Conselho de Administração**

Maria Celeste Hagatong

Francisco Carvalho Guerra

Catarina Oliveira Fernandes, em representação da  
Fundação Belmiro de Azevedo

António Mexia, em representação de EDP -  
Eletricidade de Portugal, S.A

Carlos Manuel Costa Pina, em representação de  
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. / Galp Energia

António Vítor Martins Monteiro, em representação do  
Millennium BCP, S.A.

Daniel Proença de Carvalho, em representação da Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.

Armando Mata dos Santos, em representação da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Luís de Sousa Macedo, em representação da Portugal Telecom, S.A. / Pharol, S.A.

Rui Moreira, em  
representação da Câmara Municipal do Porto

Helder Jacinto de Oliveira



**FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA**

Balanços em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	Dezembro 2016	Dezembro 2015
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Activos fixos tangíveis	5	708.730	786.167
Activos intangíveis	6	371.760	375.006
Total do activo não corrente		<u>1.080.490</u>	<u>1.161.173</u>
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Créditos a receber		3.293	10.267
Activos financeiros detidos para negociação	7	3.225.280	6.748.634
Caixa e depósitos bancários	4	6.702.946	3.812.254
Total do activo corrente		<u>9.931.520</u>	<u>10.571.155</u>
<b>Total do activo</b>		<u><u>11.012.010</u></u>	<u><u>11.732.328</u></u>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS:</b>			
Fundos	8	11.372.599	11.372.599
Reservas		1.123.306	1.123.306
Resultados transitados		(992.388)	(612.006)
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	153.192	186.815
		<u>11.656.709</u>	<u>12.070.714</u>
Resultado líquido do período		<u>(679.750)</u>	<u>(380.382)</u>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<u><u>10.976.959</u></u>	<u><u>11.690.332</u></u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores		20.186	29.350
Estado e outros entes públicos	9	3.469	1.023
Outros passivos correntes	10	11.396	8.240
Passivos financeiros detidos para negociação	7		3.383
Total do passivo corrente		<u>35.050</u>	<u>41.996</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>35.050</u>	<u>41.996</u>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<u><u>11.012.010</u></u>	<u><u>11.732.328</u></u>

O anexo faz parte integrante deste balanço.

-

-

O Contabilista certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong

Francisco Carvalho Guerra

António Mexia

Catarina Fernandes

Carlos Manuel Costa Pina

António Vítor Martins Monteiro

Daniel Proença de Carvalho

Armando Mata dos Santos

Luis de Sousa Macedo

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
<b>Posição no início do exercício 2016</b>		11.372.599	1.123.306	(612.006)	186.815	(380.382)	11.690.332
Resultado integral do exercício	8					(679.750)	(679.750)
Aplicação de resultados	8			(380.382)		380.382	-
Reconhecimento de subsídios	8				(33.623)		(33.623)
		-	-	(380.382)	(33.623)	(299.368)	(713.373)
<b>Posição no fim do exercício 2016</b>		<u>11.372.599</u>	<u>1.123.306</u>	<u>(992.388)</u>	<u>153.192</u>	<u>(679.750)</u>	<u>10.976.959</u>

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
<b>Posição no início do exercício 2015</b>		11.372.599	1.123.306	(847.223)	220.439	235.217	12.104.337
Resultado integral do exercício	8	-	-	-	-	(380.382)	(380.382)
Aplicação de resultados	8	-	-	235.217	-	(235.217)	-
Reconhecimento de subsídios	8	-	-	-	(33.624)	-	(33.624)
		-	-	235.217	(33.624)	(615.599)	(414.006)
<b>Posição no fim do exercício 2015</b>		<u>11.372.599</u>	<u>1.123.306</u>	<u>(612.006)</u>	<u>186.815</u>	<u>(380.382)</u>	<u>11.690.332</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong António Vitor Martins Monteiro  
Francisco Carvalho Guerra Daniel Proença de Carvalho  
Catarina Fernandes Armando Mata dos Santos  
António Mexia Luis de Sousa Macedo  
Carlos Manuel Costa Pina Rui Moreira  
Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015  
(Montantes expressos em euros)

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Pagamentos de subsídios e donativos	(103 896)	(88 443)
Pagamentos de apoios a projetos próprios	(347 903)	(349 016)
Pagamentos de bolsas	-	(750)
Recebimentos de subsídios à exploração	140 000	128 000
Pagamentos a fornecedores	(110 363)	(89 130)
Pagamentos ao pessoal	(5 060)	(9 347)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(427 222)</b>	<b>(408 686)</b>
Outros recebimentos / pagamentos	(58 495)	(32 468)
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>(485 717)</b>	<b>(441 154)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	-	(37 216)
Activos intangíveis	(82 220)	(61 650)
Investimentos	(271 346)	(2 670 682)
	<b>(353 566)</b>	<b>(2 769 548)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Investimentos	3 525 519	3 580 461
Juros e rendimentos similares	189 456	221 045
Dividendos	15 001	15 963
	<b>3 729 976</b>	<b>3 817 469</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>3 376 410</b>	<b>1 047 921</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	-	-
Realização de fundos	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Redução de fundos	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>2 890 692</b>	<b>606 767</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>3 812 254</b>	<b>3 205 487</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>6 702 946</b>	<b>3 812 254</b>
	<b>2 890 692</b>	<b>606 767</b>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong

Francisco Carvalho Guerra

Catarina Fernandes

António Mexia

Carlos Manuel Costa Pina

António Vitor Martins Monteiro

Daniel Proença de Carvalho

Armando Mata dos Santos

Luis de Sousa Macedo

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

# **FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA**

## **Anexo às demonstrações financeiras**

**em 31 de Dezembro de 2016**

*(Montantes expressos em euros)*

### **1 NOTA INTRODUTÓRIA**

A Fundação Portugal - África (“Fundação”) é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de Janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de Setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de Maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de Outubro, foi feito pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de Novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em Julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

### **2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho e republicado pelo decreto-lei nº98/2015 de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em 2012, passaram a ser igualmente aplicáveis as disposições legais previstas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 10 de Julho acima referido, o qual inclui a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e de normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos anexos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Dado que este novo regime face ao normativo até aqui aplicado pela Fundação (“SNC”) não gera qualquer impacto contabilístico, patrimonial ou ao nível da divulgação desta entidade, a Fundação optou por manter a forma de apresentação das suas demonstrações financeiras como até aqui, dado que considera que esta é mais completa e útil para o utente das suas Demonstrações Financeiras..

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

#### 3.2 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Projetos de desenvolvimento	10

Os ativos que integram a rubrica de “Outros ativos fixos tangíveis” incluem um montante de 8.285 Euros (8.285 Euros em 31 de Dezembro de 2015) relativo a património artístico, o qual não é amortizado, por se considerar que o mesmo não se deprecia, nem perde valor.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

### 3.3 – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projetos “Memória de África” e “Memória de África e do Oriente” e são amortizados por um período de 10 anos.

### 3.4 – Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

### 3.5 – Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias C, E, F e G.

### 3.6 – Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.7 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### **(i) Ao custo ou custo amortizado**

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objeto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

#### **Outros créditos a receber**

Os saldos de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### **Outros ativos financeiros**

Os outros ativos financeiros, que incluem, por exemplo, valores de papel comercial, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade; no entanto, dado que se tratam de instrumentos de curto prazo e a especialização do juro corrido é refletida na linha de Balanço em que estes ativos se encontram registados, o seu valor não difere substancialmente do seu justo valor.

#### **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.



## **(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados na rubrica “Aumento / redução de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação”, fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objetivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua atividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus ativos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

## **(iii) Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

## **(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

## **3.8 – Instrumentos financeiros derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objetivo de gerar lucros reais para a Fundação.

### 3.9 – Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por comparticipação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza de que a Fundação cumpriu com as condições de atribuição dos mesmos e que na prática tem vindo a corresponder ao momento em que são recebidos.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.10 – Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Subsídios concedidos” no exercício em que os mesmos são pagos, dado que é entendimento do Conselho de Administração que o momento do pagamento não difere do momento em que o gasto efetivamente é incorrido.

### 3.11 – Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

### 3.12 – Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 3.13 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- (i) Vidas úteis e análises de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

### 3.14 – Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*”) ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Numerário	78	398
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	3.657.770	766.758
Depósitos a Prazo	<u>3.045.098</u>	<u>3.045.098</u>
	<u>6.702.946</u>	<u>3.812.254</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Depósitos a Prazo era constituída por vários depósitos a prazo no Banco BPI, vencendo juros a taxas de mercado e sendo imediatamente mobilizáveis, implicando

nessas situações apenas a perda do juro corrido. Importa salientar que o valor de juros a receber tem vindo a decrescer fruto da descida das taxas de juro.

Os juros vencidos associados a Depósitos a Prazo encontram-se registados na rubrica de Balanço “Outros créditos a receber”.

O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico.

## 5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2016							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
<b>Activos</b>							
Saldo inicial	294.291	1.509.865	346	40.385	18.363	92.101	1.955.350
Aquisições	-	-	-	-	422	297	718
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	294.291	1.509.865	346	40.385	18.785	92.398	1.956.068
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial	-	1.027.817	346	40.385	17.209	83.427	1.169.183
Amortizações do exercício	-	77.298	-	-	813	44	78.155
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.105.115	346	40.385	18.022	83.471	1.247.338
<b>Activos líquidos</b>	294.291	404.750	-	-	763	8.926	708.730
2015							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
<b>Activos</b>							
Saldo inicial	294.291	1.473.769	346	40.385	18.524	92.101	1.919.415
Aquisições	-	36.096	-	-	1.119	-	37.215
Abates	-	-	-	-	(1.280)	-	(1.280)
Saldo final	294.291	1.509.865	346	40.385	18.363	92.101	1.955.350
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial	-	950.520	346	32.935	17.776	83.427	1.085.003
Amortizações do exercício	-	77.297	-	7.450	713	-	85.460
Abates	-	-	-	-	(1.280)	-	(1.280)
Saldo final	-	1.027.817	346	40.385	17.209	83.427	1.169.183
<b>Activos líquidos</b>	294.291	482.048	-	-	1.154	8.674	786.167

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o saldo da rubrica “Equipamento de transporte” refere-se a duas viaturas que estão a ser utilizadas em Moçambique na implementação do projeto “Escolas Profissionais”, encontrando-se já totalmente amortizadas. Durante o exercício de 2016 não existiram aquisições significativas ficando explicada a variação da rubrica pelas depreciações ocorridas.

## 6 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

<b>2016</b>				
	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	1 214 840	4 797	811	1 220 448
Aquisições	82 200	-	-	82 200
Saldo final	1 297 040	4 797	811	1 302 648
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo inicial	839 834	4 797	811	845 442
Amortizações do exercício	85 446	-	-	85 446
Saldo final	925 280	4 797	811	930 888
<b>Ativos líquidos</b>	371 760	-	-	371 760
<b>2015</b>				
	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	1 153 190	4 797	811	1 158 798
Aquisições	61 650	-	-	61 650
Saldo final	1 214 840	4 797	811	1 220 448
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo inicial	759 463	4 797	811	765 071
Amortizações do exercício	80 371	-	-	80 371
Saldo final	839 834	4 797	811	845 442
<b>Ativos líquidos</b>	375 006	-	-	375 006

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os valores mais significativos em ativos intangíveis referem-se ao Projeto “Memória de África e do Oriente”, que se encontra a ser amortizado em 10 anos. Durante o ano de 2016 ocorreram novos investimentos neste projeto.

O projeto consiste na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis “On-Line”, com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.

Esta base de dados está a ser desenvolvida pelo CEsA – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro. Anualmente é apresentado pelo CEsA um orçamento para as despesas estimadas com o projeto, o qual é sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Fundação.

## 7 ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	Valor carteira 2016	Valor carteira 2015
<b>ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>		
Acções cotadas	377 186	437 088
Obrigações cotadas	2 049 158	4 021 699
	<u>2 426 345</u>	<u>4 458 787</u>
Outros instrumentos financeiros		
Fundos de Investimento	798 935	2 289 847
	<u>798 935</u>	<u>2 289 847</u>
Total de activos financeiros detidos para negociação	<u>3 225 280</u>	<u>6 748 634</u>
<b>PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>		
Outros instrumentos financeiros		
Derivados	-	3 383
Total de passivos financeiros detidos para negociação	<u>-</u>	<u>3 383</u>

Os ativos e passivos financeiros acima referidos encontram-se registados a Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados “aumentos / reduções de justo valor”.

A rubrica de “Derivados” apresenta a 31 de Dezembro de 2016 um saldo de 0 Euros. Em 2015 o valor correspondia ao justo valor de um derivado cambial (“forward”) sobre o US Dólar (286.768 Dólares), que foi avaliado a justo valor por parte do BPI, através de dados observáveis de mercado.

Face a 2015 existiram inúmeras alienações, principalmente ao nível dos fundos de investimento e obrigações, razão que explica a variação acentuada registada nos fluxos de caixa. Adicionalmente, também se assistiu a uma deterioração do portfólio.

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

Ações cotadas	31.12.2016			31.12.2015		
	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia
EDP-RENOVÁVEIS	15 413	6,04	93 033	15 413	7,25	111 744
MOTA ENGLI SGPS.SA	20 000	1,61	32 200	20 000	1,93	38 500
REN-SGPS	28 150	2,70	75 949	28 150	2,78	78 313
BCP	13 333	1,07	14 280	1 000 000	0,05	48 900
THE NAVIGATOR COMPANY	30 000	3,27	97 950	30 000	3,60	107 880
SONAECON, SGPS, S.A.	25 000	2,55	63 775	25 000	2,07	51 750
			<b>377 186</b>			<b>437 088</b>

Obrigações cotadas	31.12.2016				31.12.2015			
	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Bruta	Valor no dia	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Bruta	Valor no dia
CP-4,17%-2019	100 000	107,97%	4,17%	108 828	100 000	108,59%	4,17%	109 455
EDP-BV-4.125%/21	-	-	-	-	100 000	107,37%	4,13%	111 273
EDP-VB-4.875%-2020	-	-	-	-	100 000	111,33%	4,88%	112 764
L.B.TSY-NIKK-15	100 000	0,00%	0,00%	0	100 000	98,95%	0,00%	-
MOTA ENGLI-6.85%	-	-	-	-	100 000	100,00%	6,85%	101 941
PARPUB-3.75%	200 000	103,47%	3,75%	210 588	200 000	104,88%	3,75%	213 430
PORT.TEL.5.875%	100 000	30,87%	5,88%	35 006	100 000	49,52%	5,88%	53 658
PORTUCEL-5.375%	-	-	-	-	42 857	104,75%	5,38%	45 180
REN-6.25%-2016	-	-	-	-	200 000	103,69%	6,25%	210 818
SCH- FIN-TV-O.PERP.	61 000	59,08%	0,31%	36 088	61 000	60,17%	1,05%	36 864
SEMAPA 2006/2016	-	-	-	-	300 000	100,00%	1,37%	300 823
BIAL TV-2019	100 000	101,00%	3,69%	102 771	100 000	101,25%	3,92%	103 147
CIN-2014/2019	100 000	104,18%	3,13%	104 277	100 000	99,95%	3,31%	100 060
COLEP PORT.-2017	250 000	100,00%	2,75%	251 546	250 000	101,00%	2,98%	254 154
EMPARK F.6.75%	150 000	103,61%	6,75%	155 841	150 000	107,80%	6,75%	161 034
GRUPO PESTANA-14/20	100 000	100,50%	3,50%	101 696	200 000	100,50%	3,54%	203 459
IMPRESA SGPS-TV	150 000	100,00%	3,79%	150 726	150 000	100,25%	4,00%	151 191
MEDIA C APITAL-14-19	200 000	95,00%	3,81%	193 576	200 000	100,00%	4,05%	203 824
MOTA SA-5.5%-2019	-	-	-	-	300 000	101,00%	5,50%	306 208
SAUDACOR-TV-2017	-	-	-	-	200 000	100,50%	3,05%	204 066
SEMAPA 2014/2019	143 000	102,25%	3,05%	147 113	143 000	102,51%	3,27%	147 565
PT PORTUGAL SGPS 6.25%-2016	200 000	29,67%	6,25%	59 334	200 000	89,78%	6,25%	184 913
HOVIONE FAR 2023	100 000	100,25%	2,80%	100 934	100 000	100,45%	3,03%	101 207
MOTA E. - 3.90% -20	200 000	93,75%	3,90%	190 685	200 000	99,50%	3,90%	202 835
NOS SGPS - 15 -2022	100 000	99,70%	1,72%	100 149	400 000	100,00%	1,75%	401 830
				<b>2 049 158</b>				<b>4 021 699</b>

Fundos de Investimento	31.12.2016			31.12.2015		
	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia
<b>Diversificação</b>						
BPI UNIVERSAL	10.070,93	7,36	74.082	10.070,93	7,35	74.001
BPI ÁFRICA	-	-	-	12.133,47	9,49	115.086
RUFFER - TOTAL RETURN	-	-	-	1.200,00	116,13	139.356
<b>Obrigações</b>						
BPI HIGH INC CL.I	17.515,79	10,20	178.714	17.515,79	8,94	156.591
MUZINICH EUYID HEDGE	-	-	-	1.388,24	199,82	277.397
BANTELON OPPOR	-	-	-	1.117,55	178,21	199.159
BPI- Obrigações Mundiais	21.639,53	7,51	162.496	21.639,53	6,84	148.076
FUNDLOGIC ALT-SALAR	-	-	-	1.500,00	100,79	151.185
<b>Acções</b>						
AL RCM US EQUITY IT	-	-	-	46,00	1.728,10	73.016
SISF ASIAN OPPORTUN	4.645,00	15,53	72.134	4.645,00	15,43	65.833
BPI-ÁSIA PACÍFICO	12.288,44	6,20	76.148	12.288,44	5,97	73.385
BPI EURO G. CAPITALIZAÇÃO	6.808,50	12,67	86.251	6.808,50	12,29	83.696
BPI OPPORTUNITY CL.	4.138,09	7,41	30.676	4.138,09	6,18	25.557
JUPITER EUROP GROWTH	-	-	-	2.135,53	39,02	83.328
MANDARINE VALEUR	-	-	-	2,40	43.767,19	105.173
ODEY PANEUROPEAN	-	-	-	377,23	343,38	129.533
ODDO AVENIR EUROPE	0,19	290.797,07	54.670	0,19	278.325,20	52.325
RAM(LUX)SYSTEM.FDS-E	-	-	-	368,16	397,68	146.411
<b>Fundos Fechados</b>						
SPDR S&P 500 ETF	-	-	-	618,00	203,89	115.738
<b>Produtos Estruturados</b>						
BPI.EUR.SUL	75.000,00	0,85	63.765	75.000,00	1,00	75.000
			<b>798.935</b>			<b>2.289.847</b>

(\*) Cotação em USD.

Derivados (Forwards de taxa de câmbio)		31.12.2016			31.12.2015				
		Valor nominal	Última cotação	Data de fim	Valor no Dia	Valor nominal	Última cotação	Data de fim	Valor no Dia
FWD-2015/001715-LIS/BPI	EUR	-	0,00%	-	-	261.435	0,03%	30.06.2016	261.390
	USD	-	0,00%	-	-	(286.768)	1,03%	30.06.2016	(264.773)
						-			<b>(3.383)</b>



A decomposição da rubrica de “aumentos / reduções de justo valor” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Ganhos de justo valor em activos financeiros:		
Acções	55.630	144.320
Obrigações	160.532	176.311
Derivados	12.133	10.454
Outros - UP's	118.817	279.399
Perdas de justo valor em activos financeiros:		
Acções	(115.531)	(118.331)
Obrigações	(238.699)	(107.096)
Derivados	(8.122)	(27.814)
Outros - UP's	(101.485)	(223.660)
	<u>(116.725)</u>	<u>133.583</u>

## 8 CAPITAL PRÓPRIO

### Fundo social

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o capital Fundacional ascende a 11.385.069 Euros, encontrando-se pendente de realizar um montante de 12.470 Euros, valor este que não se encontra inscrito na rubrica de Balanço “Fundo Social”.

## Composição do Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

	31.12.2016	31.12.2015
Banco BPI, S.A.	5.426.921	5.426.921
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	773.137	773.137
Fundação Belmiro de Azevedo	748.197	748.197
Banco Comercial Português, S.A.	748.197	748.197
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798	498.798
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Portugal Telecom, S.A.	498.798	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279	299.279
Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	274.339	274.339
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	124.699	124.699
Itaúsa Portugal SGPS, S.A.	124.699	124.699
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.	99.760	99.760
Tabaqueira, S.A.	99.760	99.760
IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.	74.819	74.819
Estado Português	49.880	49.880
Partex, S.A.	49.880	49.880
Tertir, S.A.	49.880	49.880
Cabelte, S.A.	24.940	24.940
Fábricas de Moagem do Marco, S.A.	24.940	24.940
Fábrica Têxtil Riopele, S.A.	24.940	24.940
Ferbritas – Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	24.940	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940	24.940
RAR – Soc. Controle Holding, S.A.	24.940	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940	24.940
Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor, S.A.	24.940	24.940
Solidal, S.A.	24.940	24.940
Somague, S.A.	24.940	24.940
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940	24.940
Associação Empresarial de Portugal	12.470	12.470
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9.976	9.976
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, S.A.	9.976	9.976
Outros (dotações iguais ou inferiores a 5.000 Euros)	139.668	139.668
	-----	-----
	11.385.069	11.385.069
Fundo subscrito por realizar (12.470)	(12.470)	
	-----	-----
	11.372.599	11.372.599

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação de Assembleia de Fundadores, tomada por maioria qualificada definida no artigo 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado.

## Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos.

## Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2016 o saldo desta rubrica inclui o montante de 124.700 Euros (149.639 Euros em 31 de Dezembro de 2015) correspondente a um subsídio atribuído pela Comissão de Coordenação da Região Norte a título de participação nas obras de construção do novo edifício sede da Fundação. Este subsídio está a ser imputado à demonstração dos resultados em 20 anos, proporcionalmente às depreciações do edifício a que está afeto.

Fazem ainda parte desta rubrica os montantes de 18.725 Euros e 9.767 Euros (24.967 Euros e 12.209 Euros em 31 de Dezembro de 2015, respetivamente), correspondentes a subsídios concedidos pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua para apoiar o projeto “Memória de África -Módulo Oriente”.

Do total dos subsídios recebidos foi imputado ao resultado do exercício o valor de 33.623 Euros (33.624 Euros em 31 de Dezembro de 2015 - Nota 14).

Desta forma, o movimento ao nível da rubrica do capital próprio da Fundação “Subsídios ao investimento” é de 33.623 Euros em 31 de Dezembro de 2016 (33.624 Euros em 31 de Dezembro de 2015) que corresponde ao efeito do reconhecimento dos subsídios registados na demonstração dos resultados do exercício.

## 9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” refere-se a valores a pagar associados a Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, relacionados com colaboradores da Fundação.

## 10 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresenta em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações a Liquidar	1.362	1.084
Outras contas a pagar	10.033	7.156
	<u>11.396</u>	<u>8.240</u>

O valor de “Outras dívidas a pagar” inclui, em 31 de Dezembro de 2016, o montante de, aproximadamente, 6.000 Euros (7.000 Euros em 2015), correspondente ao último trimestre de 2016 da comissão de gestão da carteira, debitada pelo BPI e cerca de 4.000 euros de honorários a pagar a Sónia Cristina Pires Fernandes referentes à formação na Escola Profissional da Ilha de Moçambique.

## 11 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os rendimentos reconhecidos pela Fundação em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, associados a Subsídios à exploração, são detalhados conforme se segue:

	2016	2015
Subsídio Camões - Escolas Profissionais	140 000	128 000
Outros subsídios	3 690	3 690
	<u>143 690</u>	<u>131 690</u>

O subsídio atribuído pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua em 2015 diz respeito a um incentivo pago em duas tranches, de 89.600 Euros e 38.400 Euros, destinado a financiar parte das despesas incorridas pela Fundação no projeto “Escolas Profissionais”. Este subsídio teve uma redução de 12.000 euros face ao inicialmente aprovado para o exercício de 2015 que era de 140.000 euros.

Por outro lado em 2016, o subsídio foi de 140.000 euros, valor máximo previsto, sendo também pago em duas prestações, a primeira de 112.000 euros em Outubro e a segunda de 28.000 euros em Dezembro. O objetivo para 2016 é o mesmo que foi referido anteriormente. Importa salientar que é realizado um acompanhamento das despesas, sendo, semestralmente, entregue o relatório ao Instituto da Cooperação e da Língua para aprovação.

Este projeto é constituído por um conjunto de atividades destinadas à consolidação e expansão do modelo curricular e pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique, tendo sido o protocolo com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento) celebrado para o período de 2015 a 2018, no montante total máximo de 560.000 Euros, distribuído pelos quatro anos de vigência do mesmo.

## 12 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Trabalhos especializados	41.732	34.907
Comissão de gestão da carteira	25.393	28.609
Deslocações e estadas	11.509	13.995
Conservação e reparação	3.418	2.040
Comunicação	4.748	4.138
Outros Fornecimentos e serviços externos	34.505	31.416
	<u>121.306</u>	<u>115.105</u>

A rubrica “Trabalhos especializados” inclui, em 31 de Dezembro de 2016, um montante de 10.915 Euros relativos a serviços de manutenção (9.960 Euros em 2015) e 11.857 Euros de honorários para auditoria em 2016 (11.808 Euros em 2015).

A variação prende-se com um incremento de custos registado ao nível dos serviços especializados.

A rubrica “Comissão de gestão da carteira” diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI, pela gestão da carteira de ativos financeiros da Fundação.

## 13 SUBSÍDIOS CONCEDIDOS E PROJECTOS FINANCIADOS

A rubrica de “Subsídios concedidos e projetos financiados” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Bolsas de estudo		750
Edição de Publicações	30.000	8.915
Atividades culturais	53.630	42.008
Diáspora Africana		10.370
Conferencias e colóquios	8.986	9.650
Atividades educacionais	9.800	15.000
Atividades sociais	750	2.500
Escolas Profissionais - Moçambique	261.112	177.162
Cursos de formação em Portugal-		104.536
Projeto Sida	34.584	31.976
Observatório de África	18.860	18.860
Cluster -Ilha de Moçambique	44.855	2.730
Conexão Lusófona	10.000	17.500
TOTAL	472.577	441.957

Os subsídios concedidos pela Fundação durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2016 para o projeto “Escolas Profissionais de Moçambique”, incluem um montante de, aproximadamente, 104.420 Euros (101.600 Euros em 2015) para formação de formadores e 149.600 Euros (68.500 Euros em 2015) para bolsas de estudo em Portugal. O crescimento verificado deve-se ao curso de 2015/2018 que já conta com dois anos de existência.

Em 31 de dezembro de 2015 inclui ainda 104.500 Euros relativos a formação de Professores das ELIDEP- Equipas Locais de Implementação e Desenvolvimento das Escolas Profissionais.

A edição de publicações inclui um subsídio de 15.000 Euros relativos à publicação do livro sobre Malangatana, e 15.000 Euros relativos a um apoio concedido à ACEP- Associação para a Cooperação entre os Povos.

As atividade culturais incluem um subsídio de 10.000 euros concedido à AWPA-Inclusão através da arte, 13.130 euros para o projeto “Cireneus”, 12.000 euros para o projeto “crises políticas na Guiné-Bissau” e outros de carácter mais reduzido.

“Cluster da Cooperação Portuguesa na Ilha de Moçambique”. Trata-se de um projeto para a recuperação da Ilha onde, entre outros, está presente a componente “formação profissional” na qual a Fundação será a entidade executora.

## 14 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Subsídios ao investimento	33 623	33 624
Rendimentos e ganhos em activos financeiros detidos para negociação		
Acções	-	56 041
Obrigações	32 380	22 259
Outros - UP's	27 405	9 985
	<u>93 409</u>	<u>121 909</u>

O valor correspondente a “Subsídios ao investimento”, refere-se ao reconhecimento, no exercício, de parte do subsídio ao investimento recebido para a construção da sede da Fundação e de parte dos subsídios recebidos para apoiar os projetos “Memória de África” (Nota 8). Os subsídios em causa encontram-se registados na rubrica Capital Próprio “Subsídios ao Investimento”.

Os valores correspondentes a rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação, referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da última atualização efetuada previamente à alienação.

## 15 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Impostos	5.003	2.852
Donativos		750
Gastos e perdas em activos financeiros detidos para negociação		
Acções		13.767
Obrigações	887	4.207
Outros activos financeiros - UP's	24.283	100
Conferência internacional "África Caminhos do Futuro"	17.052	40.978
Outros gastos e perdas	<u>5.586</u>	<u>7.269</u>
	<u>52.811</u>	<u>69.923</u>

Os valores correspondentes a “Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação”, referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da sua última atualização efetuada previamente à alienação.

Em 2016 os gastos com a “Conferencia internacional África Caminhos do futuro” incluem, como mais significativos, de 9.000 Euros relativos à publicação do livro “África -Caminhos do Futuro” e honorários no valor de 7.000 Euros referentes à Organização da Conferência.

Relativamente aos impostos o valor deve-se ao IVA não dedutível do normal funcionamento da atividade.

## 16 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Juros Obtidos		
Obrigações		
Depósitos bancários	5.299	18.636
Dividendos recebidos	15.001	15.963
	<u>20.299</u>	<u>34.599</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os rendimentos provenientes de juros obtidos em obrigações foram registados em resultados operacionais, juntamente com o impacto do justo valor dos instrumentos financeiros respetivos.

O valor dos juros de depósitos bancários tem vindo a decrescer fruto da diminuição das taxas de juro de mercado.

No exercício de 2016 as ações que geraram dividendos foram as da EDP (624 Euros), REN (4.814 Euros), Sonaecom, SGPS (1.450 Euros), The Navigator Company (7.113 Euros) e Mota Engil (1.000 Euros).

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal-África (a Entidade – uma pessoa coletiva de direito privado com fins de utilidade pública – Nota Introdutória), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 11.012.010 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.976.959 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 679.750 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Portugal-África em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 14 de agosto de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA  
Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER  
DO  
CONSELHO FISCAL

1. No âmbito das suas competências constantes da alínea a) do artigo 16.º dos estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V.ªs. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Fundação Portugal África referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade da Fundação, através dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração a quem agradece a colaboração que lhe foi prestada.
3. Efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à atividade desenvolvida, acompanhou e analisou trimestralmente a evolução da situação financeira da Fundação, a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com os fins estatutários. Nas suas reuniões o Conselho Fiscal contou com a presença de um elemento do Conselho de Administração que prestou os esclarecimentos e informações que lhe foram solicitadas.
4. O Balanço a Demonstração dos Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras permitem, em sua opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2016.
5. Tomou conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, com o qual concordam.
6. O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as atividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2016.
7. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro gerais.
8. A Fundação Portugal África decidiu continuar a adotar a forma de apresentação das demonstrações financeiras e de relato segundo as normas gerais do SNC por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada e útil aos destinatários da informação financeira.
9. Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
10. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de

**Parecer**

que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal África aprove:

- O Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- Um voto de louvor aos membros do Conselho de Administração, pela competência e dedicação, com que exerceram as suas funções.

Porto, 27 de Setembro de 2017

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel João Meira Fernandes

Vogal: Maria Helena Dias Duarte

Vogal: Maria de Fátima Borges da Fonseca

## FUNDAÇÃO PORTUGAL - ÁFRICA

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Que ao resultado líquido negativo apurado no exercício, no montante de € 679.749,90 (seiscentos e setenta e nove mil setecentos e quarenta e nove euros e noventa cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados .....: € - 679.749,90

TOTAL .....: € - 679.749,90

## FUNDAÇÃO PORTUGAL-ÁFRICA

## ELENCO DE FUNDADORES

( Euros )

1. Banco BPI, S.A.	5.426.922
2. Petrogal, Petróleos de Portugal, S.A.	773.137
3. Banco Comercial Português, S.A.	748.197
4. Fundação Belmiro Azevedo	748.197
5. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798
6. Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.	498.798
7. Electricidade de Portugal, S.A.	498.798
8. Portugal Telecom, S.A.	498.798
9. Câmara Municipal do Porto	299.279
10. Fundo EFTA	274.339
11. IAPMEI	124.700
12. Itausa Portugal, SGPS, S.A.	124.700
13. H. Cabora Bassa	99.760
14. Tabaqueira, S.A.	99.760
15. Inv. Particip. Empresariais, S.A. IPE	74.820
16. Estado Português	49.880
17. Partex, S.A.	49.880
18. Tertir, S.A.	49.880
19. Cabelte, S.A.	24.940
20. Fáb. Moagens do Marco, S.A.	24.940
21. Fáb. Têxtil Ropele, S.A.	24.940
22. Ferbritas-Emp. I. Comerciais, S.A.	24.940
23. Quintas & Quintas, S.A.	24.940
24. RAR-Holding, S.A.	24.940
25. Asea Brown Boveri, S.A..	24.940
26. Soc. Portug. Acum. Tudor, S.A.	24.940
27. Solidal, S.A.	24.940
28. Somague, S.A.	24.940
29. Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940
30. Associação Emp. Portugal	12.470
31. Inst. Inv. Cient. Tropical	9.976
32. OGMA-Ofic. G.M. Aeronautico	9.976
33. Academia I. Cult. Portuguesa	4.988
34. Árvore-Coop. Activ. Artísticas	4.988
35. Associação Com. do Porto	4.988
36. Associação Ind. Portuguesa	4.988
37. Assoc. P. D. Econ. Coop. -ELO	4.988
38. Câmara C. I. Port./A. C. Lisboa	4.988
39. Câmara Municipal Lisboa	4.988
40. Com. Coord. Região Norte	4.988
41. CESO-CI-Consultores Intern.	4.988
42. Cosec-Comp-Seg. Crédito	4.988
43. Fundação Cidade Lisboa	4.988
44. Fund. Luso-Amer. p/Desenv.	4.988
45. Inst. Eng. Sist. Computadores	4.988
46. Instituto Nac. de Estatística	4.988
47. Inst. Sup. Ciênc. Soc. Políticas	4.988
48. Inst. Sup. Economia e Gestão	4.988
49. Instituto Superior Técnico	4.988
50. Inv. Com. Tur. Portugal (ICEP)	4.988
51. Lab. Nac. Eng. Civil (LNEC)	4.988
52. PME Capital, S.A.	4.988
53. Profabril-Centro Projectos	4.988
54. Un. Cid. Cap. Luso-Am. As. (UCCLA)	4.988
55. Universidade de Aveiro	4.988
56. Universidade Católica	4.988
57. Universidade do Minho	4.988
58. Universidade Moderna	4.988
59. Universidade do Porto	4.988
60. Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro	4.988

11.385.069

**ORGÃOS SOCIAIS**  
**2015 / 2018**

**MESA DA ASSEMBLEIA DE FUNDADORES**

Presidente: Banco BPI, S.A.

Vice-presidente: Associação Empresarial de Portugal

Secretário: Associação Comercial do Porto

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Dr.<sup>a</sup> Maria Celeste Hagatong - Presidente

Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra - Vice Presidente

Dr. Helder Jacinto de Oliveira

Fundação Belmiro de Azevedo (Dr.<sup>a</sup> Catarina Oliveira Fernandes)

Electricidade de Portugal, SA (Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia)

Galp Energia / Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (Dr. Carlos Manuel Costa Pina)

Millenniumbcp / Banco Comercial Português (Dr. António Vítor Martins Monteiro)

Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A. (Dr. Daniel Proença de Carvalho)

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Dr. Armando Mata dos Santos)

Pharol, S.A. / Portugal Telecom, S.A. (Dr. Luís de Sousa Macedo)

Câmara Municipal do Porto (Dr. Rui de Carvalho Araújo Moreira)

**COMISSÃO EXECUTIVA**

Dr.<sup>a</sup> Maria Celeste Hagatong - Presidente

Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra – Vice Presidente

Dr. Helder Jacinto de Oliveira

Fundação Belmiro de Azevedo (Dr.<sup>a</sup> Catarina Oliveira Fernandes)

Câmara Municipal do Porto (Dr. Rui de Carvalho Araújo Moreira)

**CONSELHO DE CURADORES**

Presidente – Dr. Francisco Murteira Nabo

Prof. Doutor Pedro João Borges Graça

Eng.<sup>o</sup> António da Silva Teixeira

General Alípio Tomé Pinto

Ramon Font

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento - FLAD

Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG

Associação Industrial Portuguesa

União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Universidade de Aveiro

Universidade do Porto

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Universidade de Trás os Montes e Alto Douro

Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC

Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores – INESC

**CONSELHO FISCAL**

Dr. Manuel João Meira Fernandes - Presidente

IAPMEI (Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Dias Duarte)

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento – FLAD (Dr.<sup>a</sup> Fátima Fonseca)